



GT 034. Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos

Edward John Baptista das Neves MacRae (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a,
Regina de Paula Medeiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) - Coordenador/a

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem também se desenvolvendo de forma muito rápida na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Destacam-se aqui conflitos entre abordagens teóricas baseadas no interacionismo simbólico e as norteadas pela teoria ator-rede e as questões metodológicas relacionadas a uma maior ou menor participação nas práticas pesquisadas e na militância de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indagações. Pode/ deve o pesquisador usar substâncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora questões éticas relacionadas ao estudo de populações com práticas ilícitas ou socialmente estigmatizadas. Que proteção se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, propõe-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodológicos-éticos que possibilitam a compreensão dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas práticas de uso de psicoativos, sejam eles lúdicos, espirituais ou terapêuticos possam trazer à discussão os vários dilemas encontrados em seus estudos.

A medicalização dos sofrimentos sociais: Reflexos do período da internação compulsória para tratamento da hanseníase no Brasil

Autoria: Thiago Pereira da Silva Flores

As análises que serão apresentadas nesse artigo é um recorte da dissertação do curso de mestrado em Ciências Sociais concluído em 2018 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC Minas com o título *OS EQUÍVOCOS QUE SE REPETEM*. Um estudo etnográfico sobre os efeitos da internação compulsória para tratamento da hanseníase e a legislação que determina a mesma medida para os usuários de crack?. Nosso objetivo foi aprofundar no estudo legislativo da internação compulsória para hanseníase e crack, destacando seus danos na construção social das identidades daqueles que passaram pelo isolamento compulsório. No Brasil, até o ano de 1986, as pessoas com hanseníase eram obrigadas a viverem isoladas em Sanatórios e Colônias espalhadas pelo país. A política pública de internação compulsória para os acometidos pela hanseníase teve início com o decreto 16.300 de 1923, sendo substituído pela lei 610 de 1949 e revogada pela lei 5.511 de 1968. No entanto, na prática, as internações compulsórias continuaram acontecendo até o ano de 1986. Foram 18 anos de extensão da política pública higienista sem uma legislação que a permitisse. Desde 2007 o Estado brasileiro reconheceu como crime a internação compulsória das pessoas com hanseníase. Neste artigo, serão apresentadas análises sobre a internação compulsória como política pública no Brasil. Estaremos centrados no instituto *internação compulsória* como consequência no uso de medicamentos destacando o papel da instituição como um lugar heterônimo de rotulação dos *doentes* e legislador sobre a vida dos sujeitos mesmo após décadas do fim da medida. Mesmo a internação compulsória para hanseníase ser considerada um equívoco de política pública no Brasil, na contra mão deste reconhecimento, vem crescendo a internação compulsória para as pessoas que fazem uso de crack, importante destacar que as internações atingiram e atingem diferentes públicos que possui em comum a classificação de grupos marginais. Em síntese, a internação compulsória em locais hospitalares foi e continua sendo medida de saúde, utilizada pelos governos, cumprindo o papel de separar os sujeitos do convívio social, com a justificativa de tratamento de determinadas *doenças*?. A etnografia realizada na antiga Colônia



São Francisco de Assis localizada no município de Bambuí Minas Gerais, apontou que os moradores e seus familiares se identificam e são identificados externamente como ?doentes?, ?filho de doente?, ?neto de doente?. O rótulo ?doente? é um elemento essencial na construção da identidade dos moradores. Nas narrativas dos interlocutores dessa pesquisa, muitos foram os relatos de uso de medicação para aliviar a tristeza, ansiedade e depressão, as quais aprofundaremos no decorrer deste artigo.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

